

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS E A EMPRESA
CITY CONNECT SOLUCOES EM TECNOLOGIA
LTDA.**

PREGÃO PRESENCIAL nº. 18/2018.

Aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, na cidade de Queimados – RJ, celebram o presente contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE QUEIMADOS**, entidade de direito público, criado pela Lei nº. 1.773, de 21 de dezembro de 1990, com inscrição no CNPJ/MF nº. 39.485.412/0001-02, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. **CARLOS DE FRANÇA VILELA**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº. 2.957.610, expedida pelo IFP, inscrita no CPF/MF sob o nº. 402.505.397-72, e como Gestores do contrato, o Secretário Municipal de Administração, Sr. **ANDRÉ PEREIRA BAHIA**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade nº. 09739545-3, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 044.317.457-18, o Secretário Municipal de Educação, Sr. **LENINE RODRIGUES LEMOS**, brasileiro, casado, professor universitário, portador da cédula de identidade nº. 295.761-0, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº. 809.673.297-87, a Secretária Municipal de Saúde, Dra. **LÍVIA GUEDES SIMÕES**, brasileira, solteira, médica, portadora da Cédula de Identidade nº. 121.233.423, expedida pelo IFP, inscrita no CPF/MF sob o nº. 08288761771 e o Secretário Municipal de Assistência Social, Sr. **ELTON TEIXEIRA ROSA DA SILVA**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº 020.180.866-4, expedida pelo DETRAN, inscrito no CPF/MF sob o nº 095.988.607-95, residentes e domiciliados nesta Cidade, de agora em diante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **CITY CONNECT SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA**, estabelecida na Rua 41C, nº 409, Loja, Vila Santa Cecília, Volta Redonda/RJ, CEP: 27.255-430, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.452.317/0001-85, neste ato representada por **ALICE MASSENSINI DE FREITAS**, brasileira, solteira, empresária, portadora da cédula de identidade nº. MG 16409157, expedida pelo SSP MG, inscrita no CPF/MF sob o nº. 097.876.036-09, residente na Rua Mil e Quarenta e Três, nº 20, Bloco 180, Casa 1, Santo Agostinho, Volta Redonda/RJ, CEP: 27211-670, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista a autorização exarada no processo administrativo nº. **1711.2018.03**, Pregão Presencial nº. 18/2018 e ainda o disposto nas Leis nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, nº. 8.666, de 21 de julho de 1993, com as alterações trazidas pela Lei nº. 8.883, de 08 de junho de 1994 e Decreto nº. 736/06, de 15 de dezembro de 2006, alterado pelo Decreto nº 1208/11, de 26 de abril de 2011, atendidas às cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente instrumento tem como objeto a contratação de empresa especializada em Assessoria na área de T.I. (tecnologia e informação), sob demanda, com habilitação para assessoria em ambiente Microsoft,

Linux, bem como, na assessoria em monitoração de servidores de dados, no atendimento e suporte ao usuário de infraestrutura de T.I., na manutenção de website, na manutenção em rede lógica e fibra óptica, na manutenção de impressoras/copiadoras/multifuncionais/plotters, na manutenção de centrais de alarmes monitoradas, na manutenção em telecomunicações e na instalação e manutenção de cabeamento estruturado, de acordo com as demandas propostas pela Coordenadoria de Tecnologia e Informação – CTI e Coordenadoria de Telecomunicações – CTE, observando as melhores práticas em T.I. (Tecnologia e Informação) e T.E. (Telecomunicações), no âmbito da Prefeitura Municipal de Queimados e seus órgãos, conforme especificações contidas no edital e seus anexos, inclusive o Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA — DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

Os seguintes documentos fazem parte do presente contrato, independentemente de transcrição e lhe são anexos:

- a) a proposta da CONTRATADA;
- b) edital do Pregão Presencial nº 18/2018 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

Dá-se a este contrato o valor global de R\$ 1.537.256,97 (um milhão, quinhentos e trinta e sete mil, duzentos e cinquenta e seis reais e noventa e sete centavos), para a prestação do serviço previsto na CLÁUSULA PRIMEIRA e para a totalidade do contido na CLÁUSULA QUARTA, a saber:

- a) LOTE 1: R\$ 1.339.887,08 (um milhão, trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oito centavos);
- b) LOTE 2: 197.369,89 (cento e noventa e sete mil, trezentos e sessenta e nove reais e oitenta e nove centavos).

Parágrafo Único – O preço referido no *caput* desta Cláusula será irrevogável, face ao prazo contratual, como determina o Art. 2º, da Lei nº 10.192/2001, salvo nas hipóteses de prorrogação do contrato e por fatos supervenientes devidamente justificados, nos termos do Art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA — PRAZO

O prazo de duração do presente contrato é de 12 (doze) meses, a contar da emissão do memorando de início de serviços.

Parágrafo Primeiro - Quaisquer modificações que acarretem serviços extraordinários ou que decresçam valores de remuneração ao contrato inicial deverão ser contemplados em termo aditivo específico.

Parágrafo Segundo - O prazo de que trata o caput desta Cláusula poderá ser prorrogado nos moldes do art. 57 e parágrafos da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

Executado o contrato, o objeto será recebido:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para atender as despesas decorrentes do presente contrato, advirão das seguintes dotações orçamentárias:

PROGRAMA DE TRABALHO: 0301.04.122.001.2233;
FONTE: 80 - IMPOSTOS E TRANSF. IMP.;
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00;
EMPENHO: 577/2018, no valor de R\$ 83.657,43 (oitenta e três mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e quarenta e três centavos);

PROGRAMA DE TRABALHO: 0301.04.122.001.2233;
FONTE: 80 - IMPOSTOS E TRANSF. IMP.;
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00;
EMPENHO: 578/2018, no valor de R\$ 12.952,17 (doze mil, novecentos e cinquenta e dois reais e dezessete centavos);

PROGRAMA DE TRABALHO: 0501.12.361.017.2018;
FONTE: 05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO;
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00;
EMPENHO: 579/2018, no valor de R\$ 40.014,86 (quarenta mil, quatorze reais e oitenta e seis centavos);

PROGRAMA DE TRABALHO: 0501.12.361.017.2018;
FONTE: 05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO;
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00;
EMPENHO: 580/2018, no valor de R\$ 40.014,95 (quarenta mil, quatorze reais e noventa e cinco centavos);



PROGRAMA DE TRABALHO: 0902.08.244.015.2179;
FONTE: 17 - FNAS;
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00;
EMPENHO: 066/2018, no valor de R\$ 75.158,31 (setenta e cinco mil, cento e cinquenta e oito reais e trinta e um centavos);

PROGRAMA DE TRABALHO: 0902.08.244.015.2179;
FONTE: 17 - FNAS;
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00;
EMPENHO: 067/2018, no valor de R\$ 17.571,23 (dezessete mil, quinhentos e setenta e um reais e vinte três centavos);

PROGRAMA DE TRABALHO: 1302.10.301.026.2334;
FONTE: 41 - SUS - AT. BÁSICA;
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00;
EMPENHO: 196/2018, no valor de R\$ 69.785,75 (sessenta e nove mil, setecentos e oitenta e cinco mil, setenta e cinco centavos);

PROGRAMA DE TRABALHO: 1302.10.305.025.2367;
FONTE: 43 - VIG. EM SAÚDE;
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00;
EMPENHO: 197/2018, no valor de R\$ 6.365,95 (seis mil, trezentos e sessenta e cinco reais e noventa e cinco centavos);

PROGRAMA DE TRABALHO: 1302.10.303.026.2369;
FONTE: 80 - IMPOSTOS E TRANSF. IMP.;
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00;
EMPENHO: 198/2018, no valor de R\$ 3.913,73 (três mil, novecentos e treze reais e setenta e três centavos).

Parágrafo Único: Os recursos relativos aos períodos subsequentes serão empenhados de acordo com as diretrizes da Lei Complementar nº. 101/00 e com as justificativas lançadas no processo administrativo autorizativo, à fl. 1069.

CLÁUSULA SÉTIMA – RENÚNCIA A DIREITOS

O não exercício, por qualquer das partes, de direito previsto neste contrato não representará renúncia ao seu exercício, com relação ao mesmo fato ou a fatos futuros.

CLÁUSULA OITAVA - AMPARO LEGAL

Este contrato rege-se por toda legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente termo, especialmente o

que estabelece a Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.02, Lei nº. 8.666, de 21.06.93 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº. 8.883, de 08.06.94, a Lei nº. 9.648, de 27.05.98, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.88 em seu artigo 37, XXI e Decreto Municipal nº. 736/06, de 15 de dezembro de 2006, alterado pelo Decreto nº 1208/11, de 26 de abril de 2011, bem como, por todas as disposições legais que vierem complementar, alterar ou regular, os acima referenciados diplomas legais.

Para os casos omissos ou dúvidas na interpretação do presente instrumento, aplicar-se-á a Lei nº. 8.666/93, e na hipótese de omissão por parte desta Lei, é de se resolver a omissão pela aplicação supletiva dos princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado contidos nos artigos 481 e seguintes do Código Civil.

CLÁUSULA NONA – PAGAMENTO

O pagamento será efetuado nos termos da alínea "a" do art. 40 da Lei nº. 8.666/93, por meio de petição que deverá ser instruída com as notas fiscais eletrônicas, empenho, certidões de regularidade fiscal, indicadas no edital; bem como relatório da Comissão fiscalizadora do contrato, descrevendo a qualidade dos serviços prestados e avaliação do nível de qualidade dos mesmos. Devendo, ainda a referida comissão certificar, o adimplemento da obrigação, avaliando a qualidade e eficiência da execução do objeto contratado. Só serão pagos os serviços efetivamente realizados sem defeitos ou imperfeições.

Parágrafo Primeiro - O prazo para pagamento é de até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à efetiva prestação dos serviços.

Parágrafo Segundo - O contratado deverá comprovar a quitação com encargos sociais, advindo da presente prestação de serviços, tributos estaduais e municipais, instruindo o pedido de pagamento com os seguintes documentos:

I - a nota fiscal eletrônica devidamente atestada;

II – empenho;

III - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, ou Certidão Positiva com efeitos da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

IV - certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

V - certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito Negativo referente a Contribuição Previdenciária e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) da sede da licitante





Parágrafo Terceiro - A comprovação dos itens III, IV e V visa afastar a responsabilidade subsidiária do contratante em caso de inadimplência das obrigações trabalhistas do contratado.

Parágrafo Quarto - Quando o pagamento vier a ser efetuado em prazo superior, o valor devido será acrescido a título de penalização, juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, também "Pro-rata", de acordo com o que preceitua o artigo 40, inciso XIV, alínea "d" da Lei nº 8.666/93, contados a partir do seguinte ao seu vencimento e até o dia de seu efetivo pagamento.

Parágrafo Quinto - Os pagamentos eventualmente antecipados, ou seja, efetuados antes da data do vencimento, sofrerá um desconto com base na variação do índice de TR (Taxa Referencial de Juros), "Pro-rata tempore".

CLÁUSULA DÉCIMA – RETENÇÃO DE VALORES DAS MEDIÇÕES POR DANOS CIVIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

A CONTRATANTE poderá efetuar a retenção de valores devidos à CONTRATADA, em casos de inadimplência dos encargos trabalhistas, encargos sociais, previdenciários e comerciais, que forem apurados em sede própria do Poder Judiciário ou que forem apurados pelo CONTRATANTE, através de processo administrativo, até que haja a regularização dos valores devidos, na forma preconizada pelo art. 71 e seu §1º da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único - O procedimento que trata o caput desta cláusula também será adotado nas hipóteses prevista no art. 70 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES E MULTAS

A Contratada estará sujeita as penalidades previstas na Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93, total ou parcial das cláusulas e condições do termo de referência, ou execução do seu objeto em desacordo com as especificações.

Parágrafo Primeiro - Pela infração dos termos do termo de referência ou do edital incluindo seus anexos, a Administração garantirá a defesa prévia, podendo aplicar à contratada as seguintes penalidades:

Parágrafo Segundo - Advertência por escrito, quanto ao não cumprimento de quaisquer obrigações contratuais e ao não cumprimento nos prazos estabelecidos nas OS (Ordem de Serviço), consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízos ao objeto.

Parágrafo Terceiro - Multa pelo atraso injustificado na prestação do serviço, conforme com as especificações, na seguinte conformidade:

a) atraso de até 2 (duas) horas, multa de 0,5 % (meio por cento) sobre o valor do contrato pendente por dia de atraso;



b) atraso superior a até 2 (duas) horas, multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite máximo de 15% (quinze por cento); após o 16º dia de atraso, sem justificativa aceita pela Administração, o objeto será considerado como inexecutado.

Parágrafo Quarto - Multa pelo descumprimento dos prazos estipulados, para atendimento e/ou resolução de problemas, na seguinte conformidade:

a) Atraso de até 02 (duas) horas no atendimento da chamada, sem justificativa aceita pela Administração: multa de 0,5 % (meio por cento) sobre o valor da fatura mensal referente ao serviço contratado;

b) Atraso superior a 02 (duas) horas no atendimento da chamada, sem justificativa aceita pela Administração: multa de 1% (um por cento) sobre o valor da fatura mensal, aplicado a cada hora de atraso até o limite máximo de 36% (trinta e seis por cento); após a 36ª hora de atraso não justificado, o objeto será considerado como inexecutado;

c) Atraso de até 08 (oito) horas na resolução do problema, sem justificativa aceita pela Administração: multa de 0,5 % (meio por cento) sobre o valor da fatura mensal referente ao serviço contratado;

d) Atraso superior a 08 (oito) na resolução do problema, sem justificativa aceita pela Administração: multa de 1% (um por cento) sobre o valor da fatura mensal, aplicado a cada hora de atraso até o limite máximo de 36% (trinta e seis por cento); após a 36ª hora de atraso não justificado, o objeto será considerado como inexecutado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA

A CONTRATADA oferecerá, em garantia do cumprimento das obrigações ora contratadas, fiança bancária ou seguro-garantia no valor de 1,5% (um e meio por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

Além daquelas responsabilidades previstas no edital obriga-se a CONTRATADA tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros em consequência da execução dos serviços, sendo de sua exclusiva responsabilidade a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, desde que comprovada a sua culpa.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA será única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, respondendo por si ou por seus sucessores.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA será também responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária e previdenciária, bem como por todas as da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurnos e noturnos), inclusive despesas com equipamentos necessários a execução dos serviços contratados, em suma, por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Executar os serviços descritos, dentro do melhor padrão de qualidade, obedecendo às recomendações dos fabricantes dos equipamentos, obrigando-se a reparar, a sua custa, qualquer vício ou falha na execução dos serviços.

Parágrafo Primeiro - Empregar mão de obra especializada, suficiente para atendimento da execução dos serviços, sem interrupção, conforme previstos no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo - Responder por atos ou omissões imputados a si, seus empregados e/ou prepostos, dos quais resultem perdas e danos e/ou a terceiros, em decorrência da execução contratual.

Parágrafo Terceiro - Arcar com todos os gastos e despesas para o adimplemento das obrigações decorrentes deste Contrato, tais como mão de obra, ferramentas, transportes, demais implementos que se fizerem necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, incluindo veículos, assistência e relatórios.

Parágrafo Quarto - É de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de ferramentas, instrumental técnico de aferição, medição, material de limpeza e lubrificação e demais materiais e equipamentos necessários para execução dos serviços, bem como despesas dos seus técnicos (tais como, deslocamento, alimentação e outros).

Parágrafo Quinto - Disponibilizar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os técnicos necessários à perfeita execução dos serviços contratados, os quais deverão possuir comprovada experiência técnica, que possibilite realizar os serviços de acordo com as instruções do fabricante.

Parágrafo Sexto - Fornecer ao fiscal do contrato do Contratante todas as informações solicitadas no prazo de 3(três) dias úteis.

Parágrafo Sétimo - Comunicar imediatamente o Contratante toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato.

Parágrafo Oitavo - Fornecer crachá com fotografia recente aos seus empregados colocados à disposição do Contratante; assim como uniforme padrão, onde só será permitido a execução de qualquer serviço devidamente uniformizado (Calçado, Calça, Camisa).



8

Parágrafo Nono - Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço, sem prévio assentimento por escrito do contratante.

Parágrafo Décimo - Não fazer uso das informações prestadas pelo contratante que não seja em absoluto cumprimento ao contrato em questão.

Parágrafo Décimo Primeiro - Responder civilmente por danos e/ou prejuízos causados à Contratante ou a terceiros, decorrente da execução dos serviços ora contratados ou de atos dolosos e culposos de seus empregados.

Parágrafo Décimo Segundo - Utilizar no tratamento e limpeza, álcool isopropílico, produtos químicos isento de cromato e/ou qualquer substâncias cancerígenas, de acordo com os órgãos de vigilância sanitária.

Parágrafo Décimo Terceiro - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços objeto deste Contrato, sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

Parágrafo Décimo Quarto - Durante todo o período de permanência no âmbito da Prefeitura Municipal de Queimados, os empregados deverão utilizar identificação da Contratada, em local visível, trajando-se adequadamente e dirigir-se ao público, quando necessário, com educação e urbanidade.

Parágrafo Décimo Quinto - Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente ao sistema ou por bens de propriedade da CONTRATADA, desde que os danos, comprovadamente, sejam ocasionados por seus autorizados.

Parágrafo Décimo Sexto - Responde a CONTRATADA, por qualquer prejuízo causado a Prefeitura Municipal de Queimados, quando da realização dos serviços, se decorrentes de comprovada negligência, imperícia ou desídia.

Parágrafo Décimo Sétimo - Obriga-se a CONTRATADA, ainda sob as penas da Lei, a não divulgar nem fornecer a terceiros, dados ou informes referentes aos serviços realizados.

Parágrafo Décimo Oitavo – Disponibilizar ao seu corpo técnico, 2(dois) veículos, devidamente abastecidos para atendimento externo.

Parágrafo Décimo Nono – Deverá disponibilizar à PMQ/SEMAD/CTI/CTE, durante expediente de trabalho da mesma, técnicos para pronto atendimento das OS (Ordem de Serviço), CONFORME TABELA ABAIXO:



Estrutura do Corpo Técnico		
Técnicos	Quantidade	Formação Mínima
Técnico em Informática	3 (três)	Ensino Médio/Pós-Médio Técnico em informática ou Processamento de dados
Técnico em Eletrônica	3 (três)	Ensino Médio/Pós-Médio Técnico em Eletrônica ou Mecatrônica
Web Design	2 (dois)	Ensino Superior em Desenvolvimento de sites
Analista de rede	2 (dois)	Ensino Superior em Administração de redes
Técnico de Rede em Telecomunicações	2 (dois)	Ensino Médio/Pós-Médio Técnico em Telecom ou Telecomunicações
Analista de Sistema	2 (dois)	Ensino Superior em Análise de Sistemas ou Desenvolvimento de Sistemas

Parágrafo Vigésimo - Todos os custos operacionais, assim como, Vale transporte, almoço e etc, é de responsabilidade da CONTRATADA.

Parágrafo Vigésimo Primeiro - Aceitar como direito líquido e certo do Contratante, de que todos os documentos produzidos, incluindo (Layouts, Sistemas e etc) passarão a pertencer a Prefeitura Municipal de Queimados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FISCALIZAÇÃO

Cabe ao CONTRATANTE, através da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, Secretaria Municipal de Educação - SEMED, Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS e a Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, por servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, ou empresa especialmente CONTRATADA para o gerenciamento e fiscalização, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução da obra CONTRATADA, incumbindo-lhe a prática de todos os atos próprios ao exercício deste mister, definidos na legislação pertinente, inclusive quanto à aplicação de penalidades previstas neste contrato e na legislação em vigor, observando as orientações da Controladoria Geral do Município.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA declara antecipadamente aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades, desde que previstos no edital.

Parágrafo Segundo – É outorgada à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste contrato, no edital, nas especificações, nos projetos e em tudo o mais que de qualquer forma se relacione direta ou indiretamente com os serviços objeto do presente contrato.



Parágrafo Terceiro – A existência e atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade da CONTRATADA no que concerne à prestação dos serviços, a sua execução e as consequências e implicações próximas ou remotas, perante ao CONTRATANTE ou terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do objeto do contrato não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quarto – O CONTRATANTE terá direito de exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que não mereça sua confiança ou embarace a fiscalização, ou ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas, após advertência por escrito.

Parágrafo Quinto – No caso de recusa ou demora no atendimento de qualquer reclamação do CONTRATANTE, poderá esta confiar a outrem a execução dos serviços reclamados e não executados, descontando o seu custo de uma só vez no primeiro pagamento mensal a ser feito a CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RESCISÃO

O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA qualquer direito de reclamação e/ou indenização, sem prejuízo de outras hipóteses previstas neste instrumento, nos casos indicados nos artigos 77 e 78, incisos I a XI da Lei nº. 8.666/93. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA, conforme previsto nos artigos 77 e 78, incisos XII à XVII do mesmo diploma legal, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a devolução pela execução do contrato até a data da rescisão e pagamento do custo da desmobilização.

Parágrafo Primeiro - Caso o CONTRATANTE tenha que ingressar em juízo para fazer valer este instrumento, bastará alegar os fatos constitutivos de seu direito, competindo à CONTRATADA o ônus de provar o contrário. Se o CONTRATANTE for réu ou litisconsorte passivo, bastará a sua alegação dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da CONTRATADA e a esta restará o ônus da prova contrária.

Parágrafo Segundo - O CONTRATANTE poderá resilir o presente contrato antes do seu término, não gerando este ato, direito de indenização à CONTRATADA, em razão do cumprimento das diretrizes da Lei Complementar nº. 101/00.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO

São obrigações do Gestor do Contrato:

I – manter sob sua guarda o processo administrativo de contratação, durante toda a vigência do contrato;

II – manter controle do prazo de vigência do instrumento contratual;

III – providenciar pedidos de emissão de nota de empenho (NE) para cobertura de exercício financeiro, pedidos de reempenho, cancelamento, reforço, etc, quando foro o caso;

IV – receber e providenciar solução junto à CONTRATADA sobre quaisquer ocorrências, irregularidades ou descumprimentos contratuais, informados e não solucionados, encaminhando à Administração, caso não seja possível saná-los sem intervenção oficial;

V – receber e analisar quaisquer solicitações encaminhadas pela CONTRATADA;

VI – responder a eventuais esclarecimentos técnicos da CONTRATADA;

VII – após a conclusão da contratação, providenciar cópias e/ou anotações de todas as informações relevantes a respeito do contrato, bem como de toda a documentação e legislação pertinentes;

VIII – manter registro das ocorrências relevantes referentes ao contrato, incluindo eventuais irregularidades;

IX – apresentar, quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução dos serviços;

X – notificar a Administração sobre quaisquer falhas ou atrasos na execução dos serviços, bem como qualquer descumprimento das obrigações estabelecidas (caso não consiga solucioná-las no contato com o preposto da CONTRATADA);

XI – atestar as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA (verificando ser correto preenchimento), após a adimplemento da obrigação no período de referência, anexando roteiros, laudos técnicos, relatórios fotográficos (se for o caso), termos de conferência, etc.

Parágrafo Primeiro – Ficarão reservados ao Gestor do contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione como o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para o CONTRATANTE ou modificação do contrato.

Parágrafo Segundo – As decisões que ultrapassem a competência do Gestor do contrato deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA ao Exmo. Sr. Prefeito, através do Gestor, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

Parágrafo Terceiro – O Gestor do Contrato deverá observar as orientações e recomendações da Controladoria Geral do Município no momento da fiscalização da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Exercer a Fiscalização do Contrato.

Parágrafo Primeiro - Permitir à CONTRATADA, na pessoa de seus empregados, devidamente credenciados, o acesso às suas dependências, visando o atendimento e à perfeita execução dos serviços.

Parágrafo Segundo – Fornecer a CONTRATADA, mediante anuência do setor responsável, os materiais, peças e periféricos, sempre que for solicitado através de ordem de serviço, tendo em vista, que há nesta Administração procedimento administrativo relativo á aquisição de equipamentos e materiais de informática, através do Processo nº. 00197/2016/03.

Parágrafo Terceiro – Será disponibilizado pela CONTRATADA um Software Web de Gestão onde à CONTRATANTE deverá fiscalizar não só as ordens de serviço em andamento e encerradas, como, também, as rotinas de trabalho dos funcionários disponibilizados, gerando relatórios de atividades realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE fará publicar obrigatoriamente o resumo deste contrato no órgão de imprensa que realiza suas publicações oficiais na forma do disposto no Parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – REMESSA AO T.C.E

Obrigar-se-á o CONTRATANTE a providenciar a remessa deste instrumento ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – T.C.E., no prazo legal, após sua regular publicação, na forma da Deliberação TCE-RJ nº 280/17.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

Para qualquer procedimento judicial fica eleito o foro da Comarca de Queimados – Estado do Rio de Janeiro, renunciando a CONTRATADA por si e por seus sucessores a qualquer outro que tenha, ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.



E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que o mesmo gere os seus devidos e legais efeitos.

Queimados, 18 de outubro de 2018.

CONTRATANTE:

CARLOS DE FRANÇA VILELA
PREFEITO

ANDRÉ PEREIRA BAHIA
SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GESTOR DO CONTRATO

ISTRACÃO
André Pereira Bahia
Secretário Municipal de Administração
Mat. 13423/01 PMQ.

LENINE RODRIGUES LEMOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GESTOR DO CONTRATO

LÍVIA GUEDES SIMÕES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
GESTORA DO CONTRATO

ELTON TEIXEIRA ROSA DA SILVA
SECRETARIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
GESTOR DO CONTRATO

CONTRATADA:

ALICE MASSENSINI DE FREITAS
CITY CONNECT SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA